

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.417 - RO (2018/0345949-6)**

**RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI**  
**RECORRENTE : ICLYS RICHARDSON FARIAS DA SILVA (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por ICLYS RICHARDSON FARIAS DA SILVA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Rondônia nos autos do Agravo em Execução n. 0004073-02.2018.8.22.0000.

De acordo com os autos, foi reconhecida a prática de falta disciplinar por parte do ora recorrente, que resultou na fixação de nova data-base para a obtenção de benefícios executórios e na perda de 1/6 dos dias remidos. A decisão do magistrado singular foi confirmada pelo Colegiado estadual.

Nas razões do presente apelo nobre, o recorrente alega violação ao disposto no artigo 118, § 2º, da Lei de Execução Penal, sustentando que o reconhecimento da falta grave sem a realização de audiência de justificação é medida de flagrante ilegalidade.

Afirma que sem a oitiva do acusado inexistente fundamento para o reconhecimento da conduta indisciplinar.

Desse modo, requer o provimento do apelo nobre, a fim de que seja reconhecida a violação apontada.

Após o juízo prévio de admissibilidade, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça, tendo o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, opinado pelo desprovimento do reclamo (fl. 123/126).

Contrarrazões às fls. 99/106.

É o relatório.

Satisfeitos os requisitos de admissibilidade, passo à análise do apelo nobre.

Consta dos autos que o ora recorrente, durante a execução da pena, foi acusado da prática de falta grave, descrita no art. 50, inciso VI da Lei de Execução Penal, sendo, em virtude de tal fato, instaurado Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD).

Finalizado o PAD e devidamente homologado, o magistrado singular, reconhecendo a conduta indisciplinar do apenado, determinou a perda de 1/6 (um sexto) dos dias remidos.

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, o qual restou desprovido pelo Tribunal de origem nos seguintes (fl.79):

[...]

*Pela leitura do citado artigo, denota-se que a audiência de justificação é necessária para as hipóteses de regressão de regime quando praticado fato definido como crime doloso ou falta grave. Trata-se do exercício da ampla defesa, porquanto o apenado pode apresentar justificativa razoável, sendo-lhe permitido permanecer no regime menos severo.*

*Portanto, considerando o que estabelece o caput do*

*referido artigo, é possível concluir que apenas se faz necessária a audiência de justificação quando a falta grave reconhecida resultar na regressão de regime, hipótese diversa da retratada nos autos.*

*Na espécie, muito embora reconhecida a falta grave, não houve a regressão do regime, sendo decretada apenas a perda de 1/6 dos dias remidos e a reprojeção da data-base para a concessão de novos benefícios.*

*Desse modo, é despicienda a audiência de justificação.*

*[...]*

Dos excertos acima transcritos, constata-se que a Corte originária, aplicando entendimento jurisprudencial vigente, adotou posicionamento no sentido de ser desnecessária a instauração de audiência de justificação, para fins de reconhecimento de falta grave e da aplicação das sanções penais dela decorrentes.

A jurisprudência deste Sodalício pacificou o entendimento de que, na homologação de falta grave, é desnecessária a prévia oitiva do condenado quando o Processo Administrativo Disciplinar tiver transcorrido segundo os ditames legais, no qual tenha sido oportunizado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa.

Sobre o tema:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. AUSÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE. PAD. DEFESA TÉCNICA. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS.*

*I - A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos.*

*II - É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que é "desnecessária a realização de audiência de justificação para homologação de falta grave, se ocorreu a apuração da falta disciplinar em regular procedimento administrativo, no qual foi assegurado, ao reeducando, o contraditório e ampla defesa, inclusive com a participação da defesa técnica" (HC n. 333.233/SP, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe de 6/11/2015).*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 979.032/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 16/02/2018)*

*EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA GRAVE. APURAÇÃO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. OBSERVÂNCIA AO CONTRADITÓRIO E À AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE REGRESSÃO DE REGIME. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 282/STF E 356/STF.*

*1. Apurada a falta grave em procedimento administrativo disciplinar no qual foram assegurados a ampla defesa e o contraditório, e cuja homologação não resultou em regressão de regime, como na espécie, desnecessária a realização de audiência*

*de justificação judicial para nova oitiva do apenado. Precedentes.*

*2. Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, é defeso, em âmbito de agravo regimental, ampliar a quaestio veiculada nas razões do recurso especial.*

*3. Ademais, a questão da nulidade do procedimento administrativo disciplinar não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, sendo que nem sequer foram opostos embargos de declaração para esse fim.*

*Incidência, portanto, das Súmulas n. 356 e 282/STF. 4. Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no AREsp 843.327/RO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/10/2017, DJe 28/11/2017)*

Na hipótese vertente, verifica-se, conforme anotou o Tribunal de origem, o reconhecimento da falta grave realizou-se por meio de procedimento administrativo disciplinar, devidamente instruído e processado nos moldes estabelecidos pela legislação, sendo, portanto, concedida, ao ora paciente, a oportunidade de manifestar seus argumentos, inclusive com acompanhamento realizado por advogado.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 255, § 4º, inciso II, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator